

# Ciep, um caminho aberto para a igualdade

Maria Yedda  
Leite Linhares \*

**E**m ano eleitoral, é compreensível que volte à baila o tema Ciep, de tal forma ele se tem identificado à política de um partido, o PDT, e a um ex-governador, possível candidato, Leonel Brizola. Ao tentar demolir-se um projeto de educação pública, no fundo, trata-se de revelar, por linhas tortas, uma conceção de sociedade e de política na visão histórica de um Brasil enviado de privilégios e segundo a qual as regras do jogo em defesa do "bem público contra a conveniência do particular" sempre penderam para a segunda. A nossa História pode não ser conhecida da maioria dos brasileiros, mas ela deixou marcas indeléveis nas mentalidades coletivas, como é lícito detectar-se desde 1660-1663 na famosa disputa entre o Juiz do Povo e os proprietários de engenho do Recôncavo de Salvador: "Quando o bem universal encontra a conveniência de um particular, pela conveniência particular se não há de destruir o bem universal", assim concluía a petição dos artesãos ao rei, solicitando uma regulamentação na proliferação desordenada da cana-de-açúcar naquela região. O que tem sido feito, desde então, sempre com a vitória da "conveniência particular".

Neste instante, refiro-me de modo especial a três artigos publicados neste jornal no espaço de uma semana (dias 15, 19 e 20 do corrente), por um senhor empresário do ensino particular, Lauro de Oliveira Lima (dia 15, caderno *Idéias*) e pela atual secretária estadual

de Educação, professora Fátima Cunha Ferreira Pinto (19 e 20, p. 11). Chamo também a atenção para uma página da reportagem do *JB* de 15.04 (p. 12) extremamente pertinente quanto à informação e ao correto tratamento dado ao assunto da repetência e da evasão escolar, o que joga por terra boa parte dos argumentos, de caráter político e ideológico, dos articulistas em questão.

Embora não tenha eu o gosto da polêmica, sou levada por insistência de amigos professores e diretores da rede pública de ensino do Rio de Janeiro, que tive a honra de dirigir entre 1983 e 1987 (na cidade e no estado, sucessivamente), a tentar desfazer as dúvidas daqueles leitores que tiverem, como se diz em inglês (traduzindo), o coração do lado certo. Ao desarticulado pensamento do Sr. Lauro de O. Lima, após a resposta de Darcy Ribeiro, retruco com uma simples observação: o projeto pedagógico das escolas de um turno único, os Cieps, foi discutido em congressos de educação, na cátedra universitária, dissecado em teses de mestrado e de doutorado (na UFF, na FGV, na Alemanha), em seminários que se repetiram às centenas no treinamento de professores e de preparação do corpo técnico e de apoio dos Centros Integrados, em conferências e em entrevistas diversas, em artigos e em livros etc. etc. (veja-se o *Livro dos Cieps* de Darcy Ribeiro). Confiram-se também as montanhas de material didático recentemente encontrado nos depósitos do estado, abandonado, embora as autoridades educacionais de hoje sempre informassem que ele não existia. Reconheço o fato de que a generalização,

como projetamos, de uma escola pública em regime de tempo integral para alunos e professores dignamente remunerados, com caráter verdadeiramente republicano (acima dos partidos, dos grupos sociais, do elitismo intelectual e dos particularismos religiosos), capaz de resolver a questão da escolaridade em consonância com a faixa etária, seria socialmente muito mais econômica, tornaria questionável a supremacia da escola privada paga, ampliaria o acesso à cidadania plena e resolveria de baixo para cima o problema da desigualdade neste país, que, então, poderia (quem sabe?) vir um dia a conhecer a sua Noite de 4 de Agosto (1789, abolição dos privilégios feudais do Antigo Regime francês).

Tal escola, como existe na Inglaterra, na Holanda, na Alemanha, no Uruguai etc. etc., obviamente abalaria estruturas solidamente assentadas, como abalou a França da 3ª República, na virada do século XIX. O novo causa medo, contraria interesses, sobretudo onde o "bem público sempre cede lugar à conveniência particular". Entendo, pois, o Sr. Lauro de O. Lima ao defender a sua escola experimental piagetiana e cara. Mas não o justifico.

Quanto à secretaria estadual de Educação, gostaria de mais tempo e espaço para uma discussão pormenorizada, se eu julgasse que valeria a pena. Os repórteres do *JORNAL DO BRASIL*, ao abordarem os dados de Sergio Costa Ribeiro, demonstram, sem grandes teorias, que a escola pública dita tradicional é de mentirinha, malgrado o esforço sub-remunerado de seus professores. Na realidade, a criança quer e

espera aprender, mas é (culturalmente) expulsa da escola por um perverso sistema de reprovações sucessivas na primeira série. Em romper este impasse reside todo o desafio do estado e da sociedade brasileira, caso este país venha a sobreviver como nação e não só sobre em meio à violência da miséria e à terrível desigualdade que o divide. O Ciep (Centro Integrado de Educação Pública) é, pois, a resposta, até hoje a única, dada por um conjunto de educadores no governo Brizola do Rio de Janeiro, de desenvolver um projeto, construído e reconstruído na prática do trabalho consciente de professores e de comunidades, para enfrentar a injustiça social transcrita no sistema de ensino brasileiro. Tal coisa não pode ser aceita pelos que nada fizeram pela escola pública e continuam pactuando com o abandono de gerações de crianças de nosso país.

O que incomoda a tais pessoas tão pobres de projetos e de realizações é o fato de hoje o Ciep ter apoio de segmentos tão variados, como o PT e o PRN, sem falar no entusiasmo que suscita em auditórios internacionais de que eu sou testemunha. Constituiu-se, assim, num projeto insuperável, mesmo pelos seus críticos empiedernidos, incapazes de criar alternativas ou de recuperar a escola dita tradicional (veja-se o caso da Escola Amaro Cavalcanti). A não ser que a alternativa deles seja a escola paga. De fato, a essas pessoas o Ciep faz medo.

Lembro à secretaria de Educação que ela exerceu cargos de confiança no governo Brizola, como assessora da então secretária Yara Vargas. Durante

três anos e meio, até junho de 1986, quando assumi esta Secretaria Estadual, ela teve inúmeras oportunidades de apresentar suas dúvidas quanto ao Programa Especial de Educação, que hoje duramente renega. Foi desde o início desse Programa a coordenadora, designada pela então secretária, da comissão de implantação dos Cieps no estado. Como representante da SEE na Comissão presidida por Darcy Ribeiro, a professora Fátima Cunha jamais fez críticas ao projeto que ela coordenava, nem deu qualquer contribuição ao mesmo, que sempre esteve aberto à discussão. Como pessoa de confiança da burocracia da SEE, cabia-lhe objetar, debater ou afastar-se, o que só fez, e em silêncio, nos últimos meses do governo. Se alguém tem um comportamento "político" (no sentido restrito da palavra) é quem tardivamente critica em fase preparatória da campanha eleitoral, *et pour cause*.

E mais diria em defesa da escola pública, honesta, capaz de realmente cumprir a sua função de gerar cidadãos entre iguais, tal como ela existe nos países capitalistas, na Cuba de Fidel, nos Estados Unidos, onde vem sendo debatida para ser estendida a regime de oito horas, sim. Pertenco à geração que acreditou no Brasil e que soube lutar com amor por várias coisas, inclusive pela educação pública transformadora. E ainda mais lutaria "se não forra para tão grande amor tão curta a vida".

\* Doutora em História pela Universidade do Brasil, livre-docente, professora catedrática e titular de História Moderna e Contemporânea da UFRJ